

Isabel Nascimento Simões-Ferreira

VISÕES DO IMPÉRIO
OS INGLESES NA ÍNDIA

Edições Colibri

•

Instituto Politécnico de Lisboa

ÍNDICE

Agradecimentos	9
Nota Bibliográfica	11
Apresentação	13
Introdução	17
Parte I – HEROÍSMO E AVENTURA	29
1. Tema e Contexto	31
2. Convenção e Ousadia no Retrato: para uma Mito-sociologia do Herói Imperial	55
3. Verticalidades e Horizontalidades na Épica Imperial	133
Parte II – DOMESTICIDADE, AMOR E SENTIMENTO	191
1. <i>Memsahibs</i> em Torno de Duas Polaridades: Maria e Eva	193
2. O Amor e o Oriente: Retalhos de uma Geografia Amorosa	249
Parte III – A LESTE DO SUEZ	311
Conclusão	365
Bibliografia	369

APRESENTAÇÃO

Na esteira de trabalhos anteriores que estenderam à Índia a análise das relações anglo-portuguesas, a Professora Doutora Isabel Simões Ferreira publica agora a sua dissertação de doutoramento, possível depois do amadurecimento da compreensão da problemática da Índia do ponto de vista inglês, do que foi a grandeza e também os pontos da construção do império britânico. Na verdade, essa grandeza não conseguiu anular – nem mesmo esconder – a arrogância do povo colonizador e a distância a que, na prática, exigia a posição do povo indiano, por muito que o país europeu procurasse dissimulá-la, por exemplo, com a abertura da formação universitária que a Inglaterra oferecia aos filhos de famílias socialmente destacadas. Apesar disso, os ingleses nunca deixaram de ver os indianos como súbditos inferiores – afinal também eles organizaram a sociedade anglo-indiana em costas – tal como os indianos nunca deixaram de ver os ingleses como conquistadores e mesmo opressores, que na prática foram.

Os trabalhos anteriores a que me referi foram, primeiro, a dissertação de mestrado de 1988 (*William Julius Mickle: um Tradutor, um Intérprete*), estudo da mais importante e significativa tradução britânica de *Os Lusíadas*, obra transformada por Mickle na “*epopeia do comércio*”, entendida como a glorificação antecipada da acção dos ingleses além-mar, sobretudo na Índia. Aí começava então, nos finais do século XVIII, a afirmar-se o seu domínio, no caminho que levaria à sua glorificação como “a jóia da coroa” vitoriana. A ela se seguiu, ainda na mesma área, *Uma Leitura de Os Lusíadas (William Julius Mickle)*¹ e depois *Os Portugueses na Índia sob o Olhar Britânico*², este já centrado na visão romancada sobre a acção dos portugueses que a ficção britânica veio a transmitir ainda no século XIX, anteriormente à independência da Índia.

O ponto de partida para o presente trabalho é análise do que foi o imperialismo britânico dos finais do século XIX como fenómeno de natureza económica, administrativa, política, geo-estratégica e militar, mas também uma estrutura ideológica que está na base de uma cosmovisão centrada no “herói imperial” e, segundo a autora, idealizada e difundida

¹ In *Camões em Inglaterra* (coord. Maria Leonor Machado de Sousa, Lisboa, ICALP, 1992).

² In *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, n.º 3, Lisboa, Centro de Estudos Anglo-Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1994.

pelas *public schools*. O mito e o culto do herói militar cristão é algo que a ficção dita anglo-indiana soube transmitir, talvez sobretudo a de autoria feminina, daquelas mulheres que viveram alguns anos na Índia como filhas ou mulheres de militares e a quem se deve uma vasta bibliografia que transmite bem a aura de glória que tinham em Inglaterra os seus militares cujo percurso profissional passara pelo *Raj*, coisa que na época chegou quase a ser um requisito indispensável para a completa dignificação da carreira das armas. A autora avaliou bem esta problemática, ao declarar que o “império forneceu uma resposta adequada ao culto do herói e ao fervor colonial que enfermava a nação. O império torna-se, por excelência, um espaço privilegiado que potencia a fenomenologia da imaginação poética, remetendo-a para um mundo de aventuras, paradoxalmente possíveis e inimagináveis, muito aquém do espaço claustrofóbico da Inglaterra vitoriana e dos limites geográficos do velho continente europeu”.

Aventura é um ingrediente implicado por este tipo de ficção, mesmo se, como a autora concluiu, ela apareça envolvida num contexto de domesticidade, amor e sentimento, como seria de esperar em romances desta época escritos por mulheres. Isto é inseparável da qualidade em que essas mulheres se encontravam na Índia, organizando e acompanhando a vida social dos militares em missão. Aventura é algo que fez sonhar as mentes vitorianas e que justificou o êxito de autores como Robert Louis Stevenson, Rudyard Kipling, Rider Haggard e Joseph Conrad, em cujas obras aparece indissolivelmente relacionada com o império.

Como obras exemplares de como a ficção anglo-indiana viu a Índia, a autora escolheu as de Kipling, autor incontornável quando se trata deste subcontinente, e duas mulheres, Katherine Helen Maud Diver e Flora Annie Steel, estas consideradas absolutamente significativas do vasto universo feminino que se dedicou a este tipo de literatura.

Um aspecto que não podia deixar de ser considerado num estudo desta natureza é a relação inglês-indiano, que já referi de passagem mas que merece uma avaliação e contextualização que Isabel Simões Ferreira analisou profundamente e que nos soube transmitir com segurança e interesse. Trata-se, aliás, da estrutura em que todas estas vidas, problemas e aventuras da ficção anglo-indiana se desenrolam. Os enredos destas narrativas não lhe poderiam fugir, e revelam-nos o fenómeno curioso da transposição para a Índia dos ideais e códigos vitorianos a que esta época assistiu e que justifica até a evolução política que se deu nesta parte do império. Seria de esperar que isto fosse especialmente problemático nesta colónia onde os ingleses tiveram que enfrentar uma civilização multisseccular e profundamente organizada em termos sobretudo filosóficos, sociais e religiosos, o que não é caso das regiões colonizadas em África, por exemplo.

É curioso verificar que, nos fins do século XVII e durante todo o XVIII, os próprios ingleses aderiram entusiasticamente ao que se chamou na Europa *chinoiserie*, admirando não só o aspecto decorativo exótico como também a sua filosofia, ao ponto de considerarem a milenar sabedoria do Extremo Oriente (centrado na China) algo de admirável e até superior às estruturas ideológicas e de comportamento ocidentais. Todavia, a Índia, Buda e toda a civilização organizada segundo os seus princípios religiosos mas também filosóficos e de visão da vida terrena e de um além tão diferente daquele que o Cristianismo imaginava não suscitou qualquer interesse por parte dos colonizadores, muito menos admiração. Aquilo que a literatura anglo-indiana nos transmitiu foi uma completa indiferença, que traduziu mesmo desconhecimento. O que parece ter importado aos ingleses na Índia foi o partido que podiam tirar das classes inferiores, que, sobretudo no que se refere aos soldados que podiam recrutar, deviam, segundo eles, ver como uma promoção social a possibilidade de trabalhar e ser enquadrados na “perfeita” organização anglo-saxónica. O quadro social que esta literatura nos apresenta, com raras excepções como em Kipling, é a vida dos ingleses “na Índia” e não “com a Índia”. É exemplar o protótipo do indivíduo britânico que é universalmente difundido, aquele que não abdica da vida que o ensinaram a ver como correcta, procurando mantê-la mesmo quando é contra toda a lógica do lugar onde se encontra.

Disse que Kipling era um caso excepcional no modo como encarou e nos apresentou a Índia. Ao terminar *Visões do Império: os Ingleses na Índia*, a autora reconhece que, embora alguns críticos declarassem que ele fizera escola na literatura anglo-indiana, na qual estariam incluídas as duas autoras estudadas, a verdade é que “a diversidade de registos e de sensibilidades que modelaram os discursos destas últimas em muito os distanciam dos de Kipling”. De facto, as conclusões a que chega na análise da sua obra corroboram solidamente a ideia de excepção que procurei sintetizar em breves palavras. Do mesmo modo, a apreciação das obras de Katherine Diver e Flora Steel faz ressaltar a tentativa de “corroborar o *status quo*, sem pôr em causa quaisquer pressupostos de natureza sociológica ou ideológica que convidem à reflexão”. Procuram antes transmitir-nos a ideia de que o seu mundo doméstico e social é organizado pelas *memsahibs* à imagem do que a sua educação britânica (civilizada) lhes ensinaram.

Estamos perante um trabalho novo entre nós, feito com uma profundidade e uma lucidez que justificam uma leitura proveitosa e muito interessante.

Maria Leonor Machado de Sousa

INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo foi, em grande parte, motivado pela minha dissertação de Mestrado, “William Julius Mickle: um Tradutor, um Intérprete”. Muitas das alterações realizadas por Mickle em relação ao texto épico camoniano, bem como a longa introdução que faz anteceder o Poema, remetem-nos para a importância cada vez maior que a Índia ia assumindo no contexto da política colonial britânica. Afinal, depois da perda das 13 colónias da América, a Índia acabaria um dia por se tornar a “jóia” mais preciosa da Coroa (Henry Dundas)¹, o “rochedo”, depois de meados do século XIX – para utilizar desta vez a linguagem figurada de R.J. Moore² –, sobre o qual assentaria a prosperidade britânica até à Primeira Guerra Mundial.

A defesa intransigente do monopólio da Companhia das Índias Orientais levada a cabo por Mickle, no último quartel do século XVIII, e a crítica ao espírito de ganância e corrupção que assolou os governadores portugueses no Oriente, visando, sob o ponto de vista didáctico, os ingleses, enquanto seus presumíveis destinatários, fazem parte de um propósito duplo: o de defesa da continuidade da política mercantil da Companhia e o de reforma da lassidão de costumes e opulência dos seus servidores, a fim de eventualmente se obter uma maior eficácia e duração da presença inglesa no subcontinente indiano.

O empreendimento que começou no início do século XVII com um grupo de mercadores ingleses, após a obtenção de um alvará da rainha Isabel I, que lhes concedeu o monopólio do comércio para leste do Cabo da Boa Esperança, acabou por se tornar, volvidos os anos, uma poderosa potência territorial, gozando de soberania de forma directa ou indirecta sobre uma vasta área que é hoje constituída pela Índia, Paquistão e Bangladesh. Quando a Companhia é abolida em 1858, depois de em 1813 lhe ter sido retirado o monopólio comercial, o império britânico na Índia estava para durar.

¹ Apud G. Bennett, *The Concept of Empire, Burke to Attlee 1774-1947* (London, Adam and Charles Black, 1953), p. 25.

² R. Moore, “India and the British Empire”, in C.C. Eldridge (ed.), *British Imperialism in the Nineteenth Century* (London, Macmillan, 1989), p. 65.

Os séculos de comércio e conquista, de consolidação e perda do poder, que medeiam entre os finais do ano 1600 (data da formação da Companhia) e Agosto de 1947 (data da retirada dos ingleses do subcontinente), constituem um nexo de relações e experiências a que a literatura não ficou indiferente. Num *corpus* tão vasto como o da literatura colonial³, a nossa atenção irá recair sobre um dos campos da chamada literatura anglo-indiana, devendo entender-se pelo termo, na sua acepção restrita, segundo nos explica Bhupal Singh – o primeiro autor a empreender uma pesquisa global desta área de estudos –, qualquer obra de ficção que descreva (principalmente) a vida dos ingleses na Índia⁴. Produzida, regra geral, por pessoas que viveram nas franjas do império, a literatura anglo-indiana, embora nós lhe preferíssemos chamar a literatura inglesa sobre o império britânico na Índia (*the British Raj*)⁵, ou então, na esteira de Moore-Gilbert, “the literary discourse of British India”⁶, tem sido grandemente negligenciada pela crítica. À exceção de Rudyard Kipling, de Edward Morgan Forster, de Paul Scott e, até certo ponto, de George Orwell, todos os restantes nomes, a maioria dos quais feminina, têm sido votados ao esquecimento. Convém recordar que havia centenas de mulheres escritoras durante o período colonial, como se pode ver pela pesquisa bibliográfica elaborada por Brijen Gupta⁷.

Contudo, apesar do seu carácter menor e periférico, não vemos como se possa separar a literatura anglo-indiana da história literária e cultura inglesas, sobretudo quando os seus autores visavam ser conhecidos e divulgados em Inglaterra.

Neste domínio, Rudyard Kipling – um escritor que, no dizer de Susan Howe, “made India a fashionable department of the New Realism in the 80s and 90s”⁸ – é a todos os níveis um exemplo carismático de sucesso editorial. Mau grado as enormes flutuações da crítica kiplinguiana,

³ Entenda-se por literatura colonial – uma expressão deveras mais abrangente do que literatura anglo-indiana – a literatura escrita por europeus acerca da expansão colonial, incluindo as suas percepções dos acontecimentos e/ou experiência de terreno. Vide, por exemplo, E. Boehmer, *Colonial and Postcolonial Literature. Migrant Metaphors* (Oxford, Oxford University Press, 1995), que faz uma distinção entre literatura colonial e literatura colonialista, pp. 2-3.

⁴ B. Singh, *A Survey of Anglo-Indian Fiction* (London, Oxford University Press, 1934), p. 1.

⁵ Designação indiana que significa “reinado”, “soberania”.

⁶ B. Moore-Gilbert, “Writing India, Reorienting Colonial Discourse Analysis”, in B. Moore-Gilbert (ed.), *Writing India 1757-1990. The Literature of British India* (Manchester, Manchester University Press, 1996), p. 1.

⁷ B. Gupta, *India in English Fiction, 1800-1970* (Metuchen, Scarecrow Press, Inc., 1973).

⁸ S. Howe, *Novels of Empire* (New York, Columbia University Press, 1949), p. 67.

Kipling continua a ser, quer queiramos quer não, um ponto incontestável de referência na literatura inglesa sobre o império britânico na Índia. A sua chegada à cena literária, nos finais do século passado, é descrita de modo genérico pelos críticos⁹ como sendo arrebatadora.

*“Rudyard Kipling was a national institution... and regarded as such by all the world. [...] Kipling was indeed English, but in those early days he was the mouthpiece of classes and types that were not themselves vocal and had long lacked a chronicler. India, with its heat and dust, its diversities of creed and caste was suddenly brought to the door of the stay-at-home Englishman. He learned with a thrill how the more adventurous of his race, from private soldiers to governors of provinces, lived; how they fought and organized and ruled. For this precocious genius had not only observed and recorded for him a great number of interesting and astonishing facts and occurrences; he had also put at his disposal a marvellous power of catching an atmosphere, of summing up an impression of the scenes upon which the writer had looked. This was life indeed, exclaimed the reader in his armchair; this was life as it should be lived, this young seer in India was revealing the highest destiny of the Englishman.”*¹⁰

Do impacte e do valor paradigmático da obra de Kipling, se nos abstermos, todavia, do tom panegírico do artigo, parece não subsistirem dúvidas. Salmon Rushdie, ainda há relativamente pouco tempo, reconheceu “a autoridade inegável dos seus contos”: “all of them are packed with information about a lost world. It used to be said that one read in order to learn something, and nobody can teach you British India better than Rudyard Kipling.”¹¹

Segundo Moore-Gilbert¹², os jornais anglo-indianos¹³ que fizeram a recepção literária da obra de Kipling não o acham, porém, tão singular como em Inglaterra, estabelecendo relações entre a sua obra e a dos seus

⁹ A este propósito, vide, por exemplo, C. Carrington, *Rudyard Kipling. His Life and Work* (London, Penguin Books, 1986), R.L. Green (ed.), *Kipling. The Critical Heritage* (London, Routledge and Kegan Paul, 1971), e H. Jackson, *The Eighteen Nineties* (London, The Harvester Press, 1976).

¹⁰ “Rudyard Kipling’s Place in English Literature”, in R. Green, *Ibidem*, pp. 384-386.

¹¹ S. Rushdie, *Imaginary Homelands. Essays and Criticisms 1981-1991* (London, Granta Books, 1991), p. 75.

¹² Vide B. Moore-Gilbert, *Kipling and Orientalism* (London, Croom Helm, 1986), pp. 21-22.

¹³ É de notar que se usa o vocábulo “anglo-indianos”, quer ele surja como adjectivo ou substantivo comum, na acepção que o termo possuía no século XIX, que diz respeito aos ingleses residentes na Índia, embora hoje o termo signifique uma pessoa de sangue misto, um euroasiático.